

LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS

**A DISTINÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO BANCÁRIA E EDUCAÇÃO LIBERTADORA NO
PENSAMENTO DE PAULO FREIRE**

Monografia de Bacharelado em Filosofia

Orientadora: Profa. Dra. Marília Murta de Almeida

**Belo Horizonte
FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
2022**

Leonardo Oliveira Dos Santos

**A DISTINÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO BANCÁRIA E EDUCAÇÃO
LIBERTADORA NO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE**

Monografia apresentada ao curso de Filosofia da Faculdade
Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Murta de Almeida

Belo Horizonte
FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
2022

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar, deixo estes meus singelos agradecimentos às pessoas que me ajudaram a construir este trabalho acadêmico, assim como aos envolvidos que foram me estendendo a mão neste período da graduação. Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e a força para superar as dificuldades da graduação e à Província Camiliana Brasileira pelo investimento financeiro ao longos destes anos de crescimento acadêmico.

Aqui, ponho meu muito obrigado à Professora Dra. Marília Murta de Almeida por ter aceitado meu convite para a construção desta monografia. Apesar de ser marinheira de primeira viagem no acompanhamento de um trabalho acadêmico desta natureza, demonstrou bastante sabedoria na indicação dos livros a serem utilizados, nas correções e ideias a serem colocadas no texto. Minha sincera gratidão a você, Professora Marília, sem sua ajuda este trabalho não sairia.

Por fim, estendo os meus agradecimentos ao Meu avô, Senhor Juarez Serafim Dos Santos (*in memoriam*) pelo apoio que ele sempre me proporcionou quanto aos meus estudos e que há pouco mais de nove meses partiu para junto de Deus, deixando saudades entre seus familiares, mas um legado enorme como Ser Humano. Além disso, expando o meu muito obrigado ao Padre Zaqueu Pinto, coirmão de comunidade religiosa, por ter me ajudado na escolha do tema e nas correções quanto à parte ortográfica. Lembro também da pessoa do Padre Mateus Locatelli, por ter me ajudado nos momentos mais difíceis da graduação, instantes em que eu me deparava com as dificuldades e não via uma perspectiva de chegar até o fim deste ciclo. Desse modo, sou muito grato a todas as pessoas que mencionei anteriormente e àquelas que não citei aqui de forma direta, sem vocês nada disso seria possível.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

RESUMO

O objetivo deste trabalho é esclarecer a distinção entre educação bancária e educação libertadora a partir do pensamento de Paulo Freire. A partir disso, nossa missão é mostrar como ele estruturou esses dois modelos de compreensão em relação à educação. Além disso, a tarefa deste trabalho é evidenciar, através da elucidação dos conceitos de educação bancária e educação libertadora, a perspectiva antropológica no pensamento de Paulo Freire. Tal perspectiva entende o ser humano como um ser livre que deve agir no sentido de sempre buscar a conquista da sua liberdade ou sua manutenção. Dessa forma, a educação libertadora contribui significativamente para a autonomia humana, enquanto a educação bancária caminha em oposição a ela.

PALAVRAS-CHAVE: Educação bancária. Educação libertadora. Paulo Freire. Ser humano. Consciência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 DISTINÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO BANCÁRIA E A EDUCAÇÃO LIBERTADORA.....	10
1.1 A Educação Bancária: definição e organização.....	10
1.2 Educação Libertadora: fundamentação e práxis.....	12
2 A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO BANCÁRIA E DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA NA FORMAÇÃO DO SER HUMANO.....	15
2.1 A Desumanização do indivíduo	15
2.2 O Ser Humano como um ser de relações.....	17
2.3 A Consciência Bancária e a Consciência Libertadora da educação.....	19
3 A RELAÇÃO ESTABELECIDADA ENTRE A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E PAULO FREIRE.....	21
3.1 A Teologia da Libertação: conceituação e processo histórico.....	21
3.2 Os aspectos práticos da Teologia da Libertação.....	23
3.3 A associação entre a Teologia da Libertação e Paulo Freire.....	24
CONCLUSÃO.....	27

INTRODUÇÃO

Como proposta de construção para este trabalho monográfico, optamos pelo aprofundamento acerca do tema: a distinção entre educação bancária e educação libertadora a partir do pensamento de Paulo Freire.

Paulo Reglus Neves Freire (seu nome de batismo) foi um educador, escritor e filósofo pernambucano – nascendo em 1921 e vindo a falecer no ano de 1997. Ademais, Freire possui pelo menos 48 títulos como doutor honoris causa e outras honrarias de universidades e organizações brasileiras e do mundo. Dessa forma, é tido como o brasileiro com o maior número de doutorado honoris causa, assim como é o escritor da terceira obra mais citada em trabalhos de ciências humanas do mundo com o trabalho Pedagogia do oprimido (PORFÍRIO, 2021, não paginado).

Assim, a partir da obra desse autor de tamanho reconhecimento, nossa missão será mostrar como ele estruturou esses dois modelos de compreensão em relação à educação. Antes de aprofundarmos acerca dos exemplos propostos por Freire, é válido destacar que em sua obra existe um método que é profundamente marcado pela insistência de levantar-se um novo tipo de educação que seja capaz de dar autonomia às classes dominadas por meio do diálogo e de uma educação livre. Portanto, uma característica importante no método freiriano é a tentativa de levar uma conscientização política e de classe para os educandos.

Uma pergunta que mais escutamos ou fizemos, é a seguinte: Qual a melhor educação transmitida aos estudantes? Certamente, boa parte das pessoas dirá que um ensino de qualidade está caracterizado pelo fato do professor ser o despenseiro dos conteúdos e o educando um bom receptor. Dessa forma, o educador demonstra ter um bom domínio sobre o estudante e sobretudo em relação à atividade que desenvolve, configurando assim o que chamamos de educação bancária.

Entretanto, uma outra parcela dos indivíduos afirmará que para se ter uma boa transmissão dos ensinamentos, deve se fundamentar uma pedagogia em que não esteja marcada a relação em que somente o educador seja o protagonista e o estudante um mero cofre de conhecimentos. Mas que deve haver uma relação de aprendizagem recíproca e que ambos ensinem e aprendam juntos, dessa forma estabelecendo uma educação libertadora – que é capaz de fazer os indivíduos refletirem sobre vários aspectos sociais e não apenas decorarem assuntos para serem cobrados posteriormente.

A princípio, a educação bancária e a educação libertadora, considerando seus aspectos práticos, desempenham grande interferência na formação social do indivíduo. Assim, o sujeito demonstra em seu comportamento o que assimilou no espaço de aprendizagem, ou seja, se ele foi produto de uma pedagogia bancária, evidencia características de uma ideologia de opressão, entre

outras palavras, a busca por oprimir seu semelhante, ou a tendência a se deixar oprimir. No entanto, se esta pessoa recebeu ensinamentos pautados numa educação libertadora, tem um poder maior de criticidade e autonomia em relação ao conhecimento.

Tal distinção tem implicação filosófico-antropológica, pois evidencia a dimensão da liberdade como inerente às possibilidades de realização do ser humano, como vemos, por exemplo, nestes dois trabalhos:

A ideia de liberdade (autonomia) implicada no ser humano mediante a educação bancária e a da educação libertadora, revelam a distinção existente entre as propostas educacionais. Por conseguinte, os pensadores Miriam Furlan e Peri Mesquida, fazem referência ao pensamento de Freire, informando que “na educação bancária não se tem espaço para uma compreensão de liberdade, pois, de imediato é negado a possibilidade do diálogo, uma ferramenta muito importante no processo de autonomia do indivíduo na sociedade” (FURLAN; MESQUIDA, 2016, p. 161). Ainda mais num contexto em que a relação entre educador e educando é marcada pela ordem e o cumprimento dela, ou seja, o educador emite o comando a ser feito e o educando obedece ao que foi dito.

Em contrapartida, Tiago Ambrosini, defende que: “a educação libertadora desenvolvida por Paulo Freire leva esse nome, pois, tem como objetivo a luta por uma conscientização que seja capaz de levar a aplicação do conhecimento como meio de libertação das pessoas” (AMBROSINI, 2012, p. 387). Portanto, a educação libertadora é uma crítica ao modelo proposto pela educação bancária (que é tida como um molde tradicional) e, ao mesmo tempo se apresenta como uma nova alternativa na edificação do conhecimento, assim como na sua transmissão e aprendizagem.

Dessa forma, a educação bancária favorece a dominação e opressão na medida em que o educando não encontra espaço para desenvolver seu próprio pensamento, pois toda a tarefa de desenvolvimento do saber e a forma como ele dever ser empreendido fica a cargo do educador. Entretanto, a educação libertadora implica uma visão de ser humano como um ser livre e que deve lutar pela manutenção da própria liberdade (autonomia). Desse modo, a educação libertadora favorece essa dimensão humana e o fato de termos que agir em prol da liberdade significa que podemos vir a perdê-la, ou seja, sermos dominados por outros.

Por fim, este trabalho monográfico será estruturado em três capítulos que desenvolverão o tema da distinção entre educação bancária e educação libertadora no pensamento de Paulo Freire. No primeiro capítulo, desenvolveremos os conceitos de educação bancária e educação libertadora; no segundo, as implicações na formação dos indivíduos em cada um desses dois modos de educação; no

terceiro, abordaremos a relação estabelecida entre o conceito de libertação, tal como foi desenvolvido pela teologia da libertação, e Paulo Freire.

1 CAPÍTULO PRIMEIRO: CONCEITOS DE EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO BANCÁRIA E EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Incentivando a fundamentação de uma educação que pudesse se transformar num conceito educacional, que tivesse uma base teórica relevante e uma prática consistente, dessa maneira se desenvolveu praticamente todo o esforço intelectual feito pelo filósofo e pedagogo Paulo Freire durante sua vida acadêmica. Por meio disso, podemos compreender que o conceito de educação elaborado por Freire parte de duas vertentes. Na perspectiva bancária, há uma ferrenha crítica de Freire quanto ao seu modo teórico e, sobretudo, prático, ou seja, uma atividade educacional em que não há reciprocidade no conhecimento que é ofertado e em que apenas o educador tem importância. Entretanto, na abordagem libertadora há progresso no ensino que é disponibilizado, tanto educador e educando conseguem se destacar, pois possuem uma relação de proximidade e sabem que seus esforços serão para um benefício conjunto e não fragmentado.

1.1 A educação bancária: definição e organização

A Educação Bancária é definida por Paulo Freire como uma forma de ensino em que a “educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador é o depositante” (FREIRE, 1975, p. 66). Ademais, nesta conceituação podemos compreender que a relação desenvolvida entre educador e educando é comparada àquela que se estabelece entre um cliente e um banco, tudo pelo fato de o educador colocar conhecimentos no seu educando e, conseqüentemente, através de testes, buscar recompensas do que foi investido (FREIRE, 1975, p.66). Nesse sentido, a temática bancária sofre uma forte crítica do autor principalmente pela sua estruturação e pelas premissas em que está apoiada. Assim, pelo método que utiliza, a educação bancária trata o ensino como uma forma de se fazer economia e não como uma relação de aprendizado.

Uma característica principal da educação bancária é a “cultura do silêncio” (FREIRE, 1975, p. 67). Segundo Paulo Freire, boa parte dos educadores cultiva e pratica o cerceamento da produtividade intelectual que há no educando. Nesse sentido, com esta restrição sendo corroborada, estimula-se que a sociedade seja levada a ser paciente diante de uma dinâmica opressora que não valoriza a proatividade dos seus cidadãos que buscam mais formas integrais de conhecimento (FREIRE, 1975, p. 67). Portanto, o principal objetivo da “cultura do silêncio” é impedir que os educandos possam conquistar um local de destaque na sociedade e não produzir conhecimento que

seja autêntico, mas apenas reproduzir as instruções que lhe são repassadas por seus educadores (FREIRE, 1975, p. 67).

Outras características adjacentes vão se articulando e compondo o conceito bancário da educação. A partir desta perspectiva, serão enfatizadas quatro representações que remetem a esta forma de pensamento:

1) O educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente. 2) O educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados. 3) O educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador. E por fim 4) O educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos (FREIRE, 1975, p. 68).

Por conseguinte, é pertinente enfatizar que, por meios destas afirmações supracitadas anteriormente, autentica-se ainda mais a “cultura do silêncio”. Assim como se supõe uma demasiada opressão dentro da perspectiva bancária, onde a parte dos educadores precisa oprimir a parte dos educandos para que o processo educacional seja concretizado (FREIRE, 1975, p.68). Caso não haja essa circunstância não terão sido válidos os esforços que foram empregados.

O fator relacional estabelecido entre educador e educando dentro da experiência da educação bancária, é o grande motivador da disparidade existente entre os representantes dos dois lados da relação (FREIRE, 1975, p.68). Essa situação se estabelece principalmente porque o “saber” que é construído na perspectiva bancária não é nítido na união entre educadores e educandos; ao contrário, apenas o educador é reconhecido como o detentor do conhecimento (FREIRE, 1975, p. 67). Também pode-se afirmar que há uma hierarquia entre esses sujeitos pelo fato destes educadores serem considerados os “sábios”, enquanto os educandos são colocados como os que nada sabem, entre outras palavras, os ignorantes (FREIRE, 1975, p. 67). Nesse sentido, segundo Paulo Freire, o produto desta relação gera a “alienação da ignorância” (FREIRE, 1975, p. 67), ou seja, o educador manterá uma posição fixa diante da sua maneira de trabalhar, principalmente estabelecendo em si uma autossuficiência exacerbada em que somente ele conhece e pode transmitir os saberes educacionais (FREIRE, 1975, p. 67). Como também, pelo seu jeito rígido de trabalhar, acaba criando mecanismos onde negará qualquer chance de desenvolvimento educacional, especialmente a vontade dos educandos de buscarem mais formas de conhecimento.

Por fim, para sintetizar a conceituação da educação bancária e a forma como se organiza, é oportuno rememorar que sua conceituação é uma crítica feita por Paulo Freire a um sistema

educacional que se adequa ao exemplo de um banco. Os educadores seriam banqueiros do conhecimento, ou seja, sua atividade estaria ligada ao fato de injetar diversos ensinamentos nos educandos e posteriormente cobrar por isto. Além disso, é mister destacar que basicamente o educador assume o protagonismo nesta perspectiva educacional e que, sobretudo, para manter esta posição de liderança, deve criar mecanismos que vão desde cercear o educando quanto ao falar no ambiente de aprendizagem até o cercear de sua autonomia na busca pelo saber.

1.2 Educação libertadora: fundamentação e práxis

O conceito de educação libertadora, proposto por Paulo Freire, se fundamenta no pressuposto da liberdade e principalmente na mudança da práxis da educação (FREIRE, 1975, p. 32). Essa virada de pensamento se dá especialmente como uma alternativa que possa ajudar as classes sociais menos privilegiadas de políticas públicas a adquirirem uma consciência crítica em relação ao meio social em que estão inseridas, sobretudo por meio de um conhecimento de qualidade (FREIRE, 1975, p. 32). Além disso, podemos dizer que a “educação é afirmação da liberdade quando ela toma as palavras a sério – isto é, quando toma por sua significação real – se obriga, neste mesmo momento, a reconhecer o fato da opressão, do mesmo modo que a luta pela libertação” (FREIRE, 1982, p. 7). Tal afirmação nos leva a compreender que para que haja concretização da educação libertadora é preciso estar ciente da existência da opressão. Tendo isso nos planos iniciais, será possível que esta virada metodológica proposta pela educação libertadora seja efetivada (FREIRE, 1982, p. 7).

Com a educação libertadora é oportuno destacar a mudança que há na relação entre educador e educando. Nessa perspectiva, os sujeitos se colocam em patamar de igualdade, não havendo mais posição de superiores e subordinados (FREIRE, 1975, p. 34). O vínculo existente entre educador e educando, anteriormente marcado pela opressão, é aqui transformado, pois a liberdade e a igualdade marcam a transmissão e recepção dos conhecimentos (FREIRE, 1975, p. 35). Em linhas gerais, educadores e educandos aprendem juntos, já não existe apenas a figura do educador como detentor do saber, mas o conhecimento sendo partilhado com o educando. Dessa forma, a relação entre educadores e educandos já evidencia uma práxis inovadora que rompe com o paradigma de uma sociedade opressora e mostra a possibilidade de empreender uma educação aberta para a integralidade da pessoa humana (FREIRE, 1975, p. 35).

O indivíduo que busca o autoconhecimento e o conhecimento de sua realidade se faz instrumento para que a práxis da educação libertadora seja posta em atividade (FREIRE, 1975, p. 32). Ademais, é pertinente considerar que os indivíduos que se consideram oprimidos por uma sociedade

opressora, ao conhecer suas *dores existenciais*, recebidas como *fruto indesejável* desta realidade dominadora, podem articular e desenvolver uma práxis da libertação que seja abrangente para si mesmos e para seus semelhantes (FREIRE, 1975, p. 33). Por isso, essa ação consiste em compreender que a autonomia de homens e mulheres residentes numa sociedade opressora só será possível se eles lutarem na busca de um contexto de relações horizontais. Por fim, essa luta por melhores condições coletivas não deverá pautar e nem utilizar da violência como meio para chegar aos seus objetivos (FREIRE, 1975, p. 31). Tal luta como um processo de amor será o melhor caminho para vencer o desamor e a violência contida nas relações de opressão (FREIRE, 1975, p. 32).

Recapitulando o esquema da práxis da educação libertadora, ela está fundamentada em uma pedagogia que leve o oprimido ao seu protagonismo, ou seja, em que possa ser o autor de movimentos críticos que possam mudar sua realidade, tendo consciência de que nada disso chegará até ele sem um esforço pessoal e comunitário (FREIRE, 1975, p. 32). Em contrapartida, surge o problema de que sujeitos oprimidos tornam-se opressores. Essa circunstância se desenvolve pelo fato de indivíduos oprimidos, considerados incompletos, ainda não saberem distinguir dentro de si aspectos que os configuram como cidadãos opressores (FREIRE, 1975, p.33). Dessa forma, estes sujeitos terão de fazer o exercício de descobrir o “hospedeiro opressor” (FREIRE, 1975, p. 33) que habita no seu interno, e a partir deste olhar íntimo buscar a via correta para voltar-se à pedagogia libertadora (FREIRE, 1975, p. 33), como veremos melhor no próximo capítulo.

Boa parcela dos cidadãos é considerada oprimida ou opressora, entretanto, boa parte deles pode ser os dois ao mesmo tempo (FREIRE, 1975, p. 33). Nesse sentido, é de grande relevância apontarmos que esta dinâmica ocorre devido ao processo de desumanização que estes seres acabam enfrentando e que será mais bem desenvolvido no próximo capítulo (FREIRE, 1975, p. 33).

O conceito de educação libertadora está fundamentado no eixo da liberdade cuja finalidade é fomentar uma cultura crítica no ser humano, para que ele se torne sujeito de sua realidade e não mais objeto de um sistema que oprima suas ideias. Ademais, nessa perspectiva, a relação entre educador e educando concretiza o aspecto de igualdade dentro do âmbito da aprendizagem, ou seja, ambos aprendem juntos e já não há mais a convivência opressora que caracteriza o vínculo entre superiores e subordinados.

Por fim, no primeiro capítulo é oportuno destacar que a educação para Paulo Freire é vista como prática bancária e libertadora. Ambas as perspectivas caminham mostrando seus conceitos e tudo o que está arrolado a eles. Evidenciando principalmente a educação bancária como um modelo defasado onde não espaço para a liberdade de aprendizagem, enquanto a educação libertadora honra

o nome que leva e coloca o indivíduo num patamar de protagonismo na busca pelo conhecimento. Na sequência deste trabalho acadêmico, será desenvolvido o capítulo segundo cujo título e conteúdo será desenvolvido a partir da influência da educação bancária e a educação libertadora na formação psicológica do ser humano.

2 CAPÍTULO SEGUNDO: A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO BANCÁRIA E DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA NA FORMAÇÃO DO SER HUMANO

A temática a ser abordada neste capítulo segundo é a influência que os conceitos ligados à educação bancária e à educação libertadora fomentam na formação do ser humano. O pano de fundo de toda a discussão será o ser humano e o que está implicado nele, levando em consideração a forma de articulação e exposição do seu ponto de vista, as relações que têm consigo e com os outros indivíduos e o seu poder de transformar a sociedade num espaço mais igualitário. Além disso, a consciência é uma ideia que perpassa tanto a dimensão da educação bancária como a da educação libertadora, sendo grande influenciadora no comportamento do ser humano. Nesse sentido, quando se trata de educação bancária, refere-se a uma consciência opressora e, quando se trata da educação libertadora, atribui-se a uma consciência crítica. Portanto, o ser humano é um ser que dispõe da consciência como marco integrante e fundamental que o ajuda e o sustenta na sua formação biológica, educacional, política e social.

2.1 A desumanização do indivíduo

Boa parcela dos cidadãos é considerada oprimida ou opressora, entretanto, boa parte deles pode ser os dois ao mesmo tempo (FREIRE, 1975, p.33). Nesse sentido, é de grande relevância apontarmos que esta dinâmica ocorre devido ao processo de desumanização que estes seres acabam enfrentando (FREIRE, 1975, p.33). Dessa maneira, é pertinente considerarmos o que é a desumanização do indivíduo e como ela se fundamenta. A desumanização do indivíduo na formação educacional é um processo empreendido pela educação bancária que consiste em não dar importância ao educando que está sendo assistido por seu segmento e apenas priorizar o método de ensino que ela oferta (FREIRE, 1975, p.32). Portanto, a desumanização do indivíduo se caracteriza como fruto de uma relação de opressão, pois pratica o cerceamento da aprendizagem do indivíduo, não o permitindo crescer no seu processo educacional e o tornando refém da dinâmica que está sendo proposta (FREIRE, 1975, p. 33). Assim como, estes mesmos indivíduos que sofrem com a desumanização podem tornar-se seres opressores em breve, porque não conseguirão sublimar as marcas negativas que receberam e reproduzirão conscientemente o que aprenderam (FREIRE, 1975, p. 33).

A perspectiva da desumanização é também compreendida pela condição em que a educação libertadora não pode ser idealizada e organizada por opressores. Ademais, uma vez que sujeitos opressores se passam por oprimidos, eles fazem com que todo o projeto da educação libertadora fracasse pelo fato de nunca estarem sensibilizados com a formação de uma humanização integral para

as demais pessoas da sociedade (FREIRE, 1975, p.34). Portanto, o que de fato os indivíduos opressores estabelecem a partir da relação de educação libertadora e desumanização, é a sua identidade opressora por meio de uma forma mascarada em que eles se tornam sujeitos flexíveis e acessíveis, mas na verdade sua identidade é ser opressor (FREIRE, 1975, p.34).

Essa realidade acaba não vigorando, pois, a pedagogia libertadora não pode ser executada por sujeitos opressores, mas sim por indivíduos que se reconhecem oprimidos e que desejam combater as injustiças de sua realidade (FREIRE, 1975, p.34). Portanto, é a partir deste mecanismo de reconhecimento de si mesmo, principalmente de pontos positivos (humanização), mas também de suas imperfeições (FREIRE, 1975, p.33), e por meio do auxílio de uma atitude prática, é que a sociedade será capaz de superar as intempéries sociais ocasionadas pela desumanização.

O conceito de “homem novo” se refere ao produto obtido pelo processo de desumanização do indivíduo ocorrido dentro do contexto da educação libertadora (FREIRE, 1975, p.33). Por conseguinte, podemos compreender que essa definição de “homem novo”, segundo Paulo Freire, é a ideia de que não haverá o surgimento de indivíduos que sejam capazes de transformar uma realidade opressora em uma realidade libertadora (FREIRE, 1975, p. 33). O que de fato ocorrerá é o aparecimento de indivíduos que se autodenominam “novos homens” e assumem uma postura de opressão diante aos seus semelhantes (FREIRE, 1975, p.33). Dessa forma, o conceito de homem novo que está aplicado na educação libertadora mostra uma visão individualista do sujeito, mostrando que ele se inclina a um caminho de opressão (FREIRE, 1975, p.33). Como também, este seguimento não permite que se abra a uma “consciência de si como pessoa, nem para uma consciência de classe oprimida” (FREIRE, 1975, p.34).

Esta ignorância do sujeito em relação a si mesmo e ao meio social em que vive, é evidenciada como fator de um processo histórico em que a desumanização não permitiu que esses pudessem deixar-se humanizar e serem pessoas mais completas e abertas para a construção de uma sociedade mais igualitária (GASDA; COLARES, 2021, p.130). A partir disso, entender a história da desumanização é o caminho mais pertinente e seguro para recolocar o sujeito numa dinâmica social mais digna (GASDA; COLARES, 2021, p.130). Assim, a desumanização diante de um processo histórico, é vista como uma ferramenta que produziu sujeitos oprimidos porque também existem sujeitos opressores e ambos são autores e receptores de estruturas sociais opressoras (GASDA; COLARES, 2021, p.131). Assim como, estas ramificações são alimentadas principalmente por uma estrutura que “valoriza os bens materiais, de classe, de raça e de gênero” (GASDA; COLARES, 2021, p.131).

Diante deste cenário, Paulo Freire nos convida a pensar uma forma de solucionar o problema da desumanização. A ideia central proposta por Freire parte da questão de que os educadores compreendam mais os processos históricos da desumanização e assim tornem o espaço escolar um meio de maior acessibilidade dos educandos com a formação de uma bagagem de conhecimentos que seja destinada para eles (GASDA; COLARES, 2021, p.133). Assim, a partir desta compreensão e acompanhamento por parte dos educadores será possível dinamizar as demandas e necessidades que são urgentes para cada educando, desenvolvendo um trabalho mais integral, interdisciplinar e personalizado (GASDA; COLARES, 2021, p.133) .

Dessa forma, o conceito da desumanização do indivíduo mostra uma organização que abarca diversos fatores, tais como: a formação de um processo histórico, de uma forte segregação social e um processo educacional mal articulado que projetam o seu desenvolvimento em desfavor do indivíduo. Esta estruturação revela uma profundidade exacerbada na atitude de não considerar o ser humano como sujeito capaz de modificar os cenários de desigualdade que estão inseridos no contexto social. Entretanto, enxerga o ser humano como um objeto para que a formação de uma ideologia totalmente opressora seja efetivada.

2.2 O ser humano como um ser de relações

O ser humano como um ser de relações mostra-se com a capacidade para estabelecer relações consigo e com os seus semelhantes e está no mundo e com o mundo (FREIRE, 1979, p. 30). A partir desta conjuntura é oportuno destacar o ser humano com facilidade para reconhecer características que são suas (um eu) e particularidades que são alheias a sua pessoa (um não eu) (FREIRE, 1979, p. 30). Este panorama nos permite estabelecer uma analogia do homem com o animal. Essa consideração é marcada principalmente pelo fato de que o indivíduo humano é um ser com capacidade de relacionar-se, estabelecer vínculos e estar inserido no mundo e com o mundo. Entretanto, “o animal não é um ser de relações, mas de contatos. Está no mundo e não com o mundo” (FREIRE, 1979, p. 30).

Três características fundamentais constroem e identificam a figura do ser humano como um ser de relações. A primeira característica mostra o indivíduo como capaz de reconhecer sua própria realidade. Como também, por intermédio do meio social em que vive, o ser humano compreende que pode tornar-se objeto de seu próprio conhecimento (criação) (FREIRE, 1979, p.30). Esse desenvolvimento mostra o indivíduo assumindo o comportamento intitulado de “sujeito cognoscente de um objeto cognoscível” (FREIRE, 1979, p. 30), em outras palavras, o indivíduo se torna capaz de assimilar conhecimento e de fazer este saber reconhecido. Portanto, esse autoconhecimento da sua

realidade é uma marca comum a todos os homens e não necessariamente a apenas de alguns, fazendo com que uma grande massa de indivíduos consiga refletir sobre o seu meio (FREIRE, 1979, p. 30).

A segunda característica é a consequência. Sobre a consequência podemos compreendê-la como o resultado da associação entre as palavras – criação e recriação – que levam o indivíduo a um processo de imitação da figura divina (Deus) (FREIRE, 1979, p. 31). A partir disso, é pertinente voltarmos um pouco e considerarmos a cultura como um fator de criação do ser humano, que se baseia em recriar e não repetir, isto é, dar uma nova versão e uma nova abordagem às ações antes praticadas pelo indivíduo (FREIRE, 1979, p.31). Dessa forma, a consequência dentro do processo educacional é uma marca que coloca o ser humano num método de criatividade e reinvenção das suas atividades em que o indivíduo se põe numa perspectiva de autossuperação (FREIRE, 1979, p. 31).

A terceira e última característica mostra as relações do ser humano como sendo temporais e transcendentais. Ao classificar como temporais, o indivíduo se reconhece como sua própria ação e nesta conjuntura procura objetivar o tempo, temporalizar-se, fazer-se homem-história (FREIRE, 1979, p. 31). Nesta perspectiva, inferimos que o ser humano tem a necessidade de tornar os seus feitos reconhecidos por todo o tempo, tendo consciência de um passado e um futuro, levando em consideração que seus marcos se tornem atemporais e que sejam reconhecidos (FREIRE, 1979, p.31). Sobre o fator transcendente, compreendemos a partir de um dado metafísico que diz que o ser humano tem a capacidade de ir além dos limites que lhe são possíveis, estabelecendo uma relação com seres infinitos, que neste caso é a figura Divina (Deus), pois se manterá existindo mesmo após o fim de tudo (FREIRE, 1979, p. 31). Sendo assim, uma ligação do ser humano com os seres infinitos, não pode haver fatores como domesticação, submissão ou resignação, entre outras palavras, o homem deve procurar ter autonomia de sua própria vida (FREIRE, 1979, p. 31).

Portanto, numa última consideração do ser humano como um ser de relações, é oportuno diferenciarmos relações de contatos (FREIRE, 1979, p. 32). Nesta estrutura, as relações são representadas pelo ser humano como um ser dotado de razão e enquanto os contatos são vividos pelos animais e se configuram num perfil de seres irracionais e dotados de irracionalidade (FREIRE, 1979, p. 32). Dessa maneira as relações são caracterizadas como reflexivas, consequentes, temporais e transcendentais. Em uma situação oposta, os contatos são reflexos, inconsequentes, intranscendentais e intemporais (FREIRE, 1979, p. 32).

2.3 A consciência bancária e a consciência libertadora da educação

Em um panorama geral, a consciência é tida como um ponto de reflexão que parte de uma perspectiva do que já se conhece para assim interpretar um objeto externo (o mundo) de que ainda não se tem conhecimento, e essa articulação é conhecida como processo de adaptação (FREIRE, 1979, p. 39). Por conseguinte, a consciência é vista como temporalizada, isto é, como tendo um caráter transitório e uma grande duração (FREIRE, 1979, p. 39). É neste panorama que o ser humano se insere, como também se torna consciente e, na proporção que vai abarcando conhecimentos que lhe são externos, acaba se comprometendo com o meio em que vive (FREIRE, 1979, p. 39).

A ideia de uma consciência bancária e de uma consciência libertadora da educação parte de uma análise feita por Paulo Freire, que mostra que ambas as realidades são os modelos mais comuns das sociedades latino-americanas (FREIRE, 1979, p. 38). O que Freire evidencia com este cenário é o fato de as nações latinas possuírem os dois sistemas educacionais, mostrando uma educação que permanece num sentido vertical e em que não há espaço para crescimento (educação bancária), enquanto a abertura de uma consciência do sujeito promove um maior alcance de aprendizado (educação libertadora) (FREIRE, 1979, p. 38). Os termos *consciência bancária* e *consciência libertadora* também podem ser reconhecidos como *ingênuas* (bancária) e *críticas* (libertadora). (FREIRE, 1979, p. 38).

Sobre a formação de uma consciência bancária, ela se fundamenta na conclusão de que quanto mais conhecimento o educador oferece ao educando e quanto mais ele recebe conhecimento, mais o educando saberá (FREIRE, 1979, p. 38). Essa prática revela um esquema cujo objetivo é taxar o ser humano como um indivíduo medíocre, tudo isto porque neste conceito o ser humano não tem uma liberdade para a criação e somente reproduz o que já foi estabelecido (FREIRE, 1979, p. 38). Entretanto, no pensamento de Paulo Freire, essa lógica é invertida e o educador assume o papel de um sujeito inadaptável, ou seja, que não consegue adaptar-se a uma nova forma de educar a não ser a que já está habituado (FREIRE, 1979, p. 38). Dessa forma, a consciência bancária demonstra ser ingênua, pois, o método que é adotado se torna fraco e não produz frutos que possam ser considerados como bons e duradouros. Do mesmo modo, este mesmo experimento é visto de forma bastante corriqueira nos centros escolares espalhados pelo nosso país (FREIRE, 1979, p. 38).

Os parâmetros propostos pela consciência bancária caracterizam a subestima ao homem simples. Essa dinâmica se configura em não levar em consideração o sujeito humilde que não tem acesso ao conhecimento. Como também, em não acreditar no potencial que o indivíduo venha a desenvolver no seu processo de aprendizagem (FREIRE, 1979, p. 40). Além disso, a consciência

bancária desenvolve um conteúdo de caráter passional, que é motivado por uma paixão exacerbada de quem está fomentando seu discurso. Esta ação principalmente revela uma certa irracionalidade porque não há uma lógica na forma como o trabalho está sendo conduzido (FREIRE, 1979, p.40). Portanto, caso esta circunstância não seja corrigida a tempo, desencadeará um sectarismo, ou seja, uma intolerância a qualquer outra forma de pensar a realidade que não seja a da consciência bancária (FREIRE, 1979, p. 40).

Em contrapartida, a construção de uma consciência libertadora da educação perpassa por um desenvolvimento crítico do sujeito. Assim, o ser humano deve ter o propósito de com sua criticidade conseguir modificar a realidade em que está inserido e se tornar o sujeito das suas ações (FREIRE, 1979, p. 38). É por meio deste cenário que o ser humano sente a necessidade de verificar e testar os resultados das pesquisas que faz e cujo objetivo do seu trabalho resultará em melhorias para a sociedade de que ele e seus companheiros fazem parte (FREIRE, 1979, p. 41). Nesse sentido, é pertinente evidenciarmos que a criticidade do sujeito o faz não aceitar as desigualdades educacionais, sociais e políticas impostas por uma sociedade opressora e se vê com o potencial de transformar seu contexto social num espaço melhor.

Enfim, o amor pelo diálogo e a busca incessante deste meio para a resolução dos problemas, faz o ser humano nutrir-se constantemente deste mecanismo. Esta atitude interna do sujeito, como já foi mencionado, tem um objetivo bem específico, neste caso é minimizar e solucionar as adversidades que venham a acontecer no espaço da educação (FREIRE, 1979, p. 41). Em conformidade a isso, o diálogo assume uma postura muito importante no que diz respeito à atitude do ser humano que busca desenvolver uma consciência crítica e tornar-se uma nova pessoa (FREIRE, 1979, p. 41). Assim, o ser humano que, tendo seus defeitos, mas com o desejo de tornar-se um sujeito melhor, deve dialogar consigo mesmo e verificar as atitudes que já traz consigo. E não deve desprezar os resultados que são obtidos deste diálogo entre um velho homem e um homem atual (FREIRE, 1979, p. 41).

3 CAPÍTULO TERCEIRO: A RELAÇÃO ESTABELECIDADA ENTRE A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E PAULO FREIRE

O conceito de libertação e as ideias de Paulo Freire formam uma união marcada por uma colaboração frutuosa entre ambas as partes. Essa relação é estabelecida e solidificada pelo fato de Freire desenvolver em suas obras acadêmicas os ideais de libertação que estavam sendo empreendidos na América Latina com o nome de Teologia da libertação. Assim como os teólogos latino-americanos, oriundos deste segmento teológico, se utilizam das obras escritas por Freire, principalmente no que concerne aos ideais libertadores, para embasarem os seus escritos (GASDA; COLARES, 2021, p.169). Portanto, este enlace intelectual é de bastante relevância para a construção de um pensamento acadêmico que ganha um caráter interdisciplinar, pois é visto como uma vertente filosófica, pedagógica e teológica, cuja identidade é totalmente latino-americana (GASDA; COLARES, 2021, p.170). Nesse sentido, os ideais promovidos por ambas as partes se tornam de grande valia, permitindo a elaboração de um conceito totalmente prático, podemos apontar como um conceito voltado à práxis porque consiste na ação o oferecimento de uma maior dignidade especialmente para população carente.

A associação entre o conceito de libertação e o pensamento de Paulo Freire será a ideia central do terceiro capítulo deste trabalho monográfico. A partir desta perspectiva, iremos discorrer dando destaque para a teologia da libertação, levando em consideração sua conceituação e seu processo histórico, assim como o seu aspecto prático. Em seguida, desenvolveremos a relação entre Paulo Freire e teologia de libertação, evidenciando o seu método de ensino que tem seus ideais marcando estruturalmente a parte teórica da teologia da libertação.

3.1 A teologia da libertação: conceituação e processo histórico

A teologia da libertação é um agrupamento de escritos teológicos elaborados na América Latina no final da década de 1960 por um conjunto de teólogos encabeçados por Gustavo Gutiérrez, Juan Luís Segundo, Hugo Assmann e entre outros. Dessa forma, a teologia da libertação é “um discurso racional sobre a fé (inteligência da fé), também uma reflexão sobre a relação entre a criatura humana e Deus” (GASDA; COLARES, 2021, p.172). Esta estrutura surge como meio de pensar e responder acerca do surgimento de um cristianismo que estava assumindo um caráter revolucionário. Este acontecimento fez suscitar algumas questões que teriam de ser respondidas por meio da atualização do pensamento teológico (GASDA; COLARES, 2021, p.170). Por conseguinte, todo este panorama em que a teologia da libertação está desenvolvida tem um objetivo muito simples que é

ajudar a população de cunho cristão católico que estava inserida num contexto de vulnerabilidade social a apropriar-se da liberdade na fundamentação de um pensamento crítico, político, social e pastoral visando a melhorar a sociedade em que vivem (GASDA; COLARES, 2021, p.171).

O contexto histórico que antecede e envolve a teologia da libertação é marcado por uma mudança de mentalidade na população latino-americana, que percebe a possibilidade de promover mudanças sociais principalmente através de uma postura de resistência, que num primeiro momento utilizou-se do manuseio de armas, caminho que deu origem a vários movimentos guerrilheiros no continente americano (GASDA; COLARES, 2021, p.170). O acontecimento que melhor explica este cenário é a revolução cubana de 1959, este movimento de luta por melhores igualdades sociais liderado pelo médico argentino Che Guevara e pelos irmãos cubanos Fidel e Raul Castro. Dessa forma, toda essa ação militar ocorrida em Cuba tinha um objetivo bem específico: colocar a população cubana em um patamar de dignidade e que esta fosse vista com mais empatia. Todo este mecanismo militar foi uma tentativa de salvar os cidadãos cubanos que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, promovida principalmente pelo núcleo administrativo do país caribenho, que naquela ocasião era representado pelo então Presidente Fulgencio Batista. Com isto, os revolucionários cubanos buscavam implementar melhores condições de vida, como saúde, educação e comida com uma maior facilidade para as pessoas, situação que anteriormente não era promovido por quem governava a ilha cubana (GASDA; COLARES, 2021, p.171).

Em um segundo momento, podemos considerar a teologia da libertação na América Latina como difusora de uma resistência não armada, em que não havia a necessidade do apoderamento de aparelhos bélicos para que a população possuísse dignidade em relação à escassez de políticas públicas da sua região (GASDA; COLARES, 2021, p.171). Por conseguinte, este desenvolver da teologia da libertação só foi possível pelo movimento de conscientização que os cristãos adeptos a este segmento foram se intensificando. Este vínculo está alicerçado nas fundamentações dos processos subversivos, esta estrutura mostra um movimento de oposição aberta e efetiva contra os mecanismos sociais, econômicos e políticos que eram empregados nas sociedades latinas no final da década de 1960 (GASDA; COLARES, 2021, p.171). Por fim, podemos inferir que o nascimento da teologia da libertação fundamenta-se em promover o combate às desigualdades sociais sem a utilização da força armada. Levando em consideração o pressuposto de que uma resistência bem articulada numa esfera mais racional é bem mais pertinente do que se for levada pelas paixões (GASDA; COLARES, 2021, p.171).

Aqui cabe fazermos mais uma inferência histórica acerca do processo de implementação da teologia da libertação no contexto latino-americano. Já na década de 1970, uma boa parte dos países da América latina estavam sendo administrados por regimes ditatoriais que maceravam as populações residentes nestas localidades. Nações como Argentina, Brasil, Colômbia, Chile e Nicarágua eram os mais afetados por práticas de opressão que alcançavam todas as esferas sociais (GASDA; COLARES, 2021, p.171). É nesse tempo de trevas que nascem movimentos cristãos que se autodenominam como resistentes e subversivos, associações lideradas por padres adeptos dos ideais de libertação que haviam surgido na década anterior. Neste sentido, com a presença do clero latino-americano dentro dos países supracitados, havia o fortalecimento dos ideais da teologia da libertação como um evento que dava auxílio ao povo no que diz respeito a uma dimensão religiosa, pautado no aspecto de possuir e desenvolver uma fé que buscava ter liberdade quanto à prática do seu culto e credo. Como também possuir a liberdade de pensar e expor suas ideias sem a interferência de um poder externo que ditasse o que deveria ou não ser feito (GASDA; COLARES, 2021, p.171).

3.2 Os aspectos práticos da teologia da libertação

Os aspectos práticos da teologia da libertação se caracterizam em três relações que convergem para a formação de uma epistemologia da práxis. Essas relações são elencadas como o labor, o saber e o discurso teológico. Então, a partir do ordenamento destes fatores, o conceito da práxis é o produto obtido por este trabalho cujo objetivo é fortalecer uma epistemologia que trata sobre o conceito da práxis (GASDA; COLARES, 2021, p.173). Portanto, a principal função do conceito da práxis é dar veracidade e credibilidade à linguagem teológica à qual a teologia da libertação articula a proposta de uma nova visão de igreja, sobretudo de um cristianismo militante que se apresentava e crescia em grande escala de adesão de fiéis na América Latina no final da década de 1960 (GASDA; COLARES, 2021, p.173).

A saber, o labor teológico é a primeira das características que fundamentam os aspectos práticos da teologia da libertação. A função do labor teológico é fazer a captação dos conteúdos que abarcam as ciências humanas e sociais (GASDA; COLARES, 2021, p.173). Por meio disso, o conceito de autonomia se consolida como a ideia central a ser estudada pelos teólogos da libertação. Assim como, ao passo em que numa ordem mais ampla, os teólogos deste segmento se dispõem a propagar este conceito nos seus escritos (GASDA; COLARES, 2021, p.173). Portanto, podemos inferir que o labor teológico tem a incumbência de fazer o trabalho intelectual dos aspectos práticos, pois por mais que estejamos tratando de elementos objetivos, é preciso ter uma ideia bem alicerçada

que disponha a marcar um início para que questões pragmáticas sejam postas em evidência (GASDA; COLARES, 2021, p.173).

Como segundo ponto, o saber teológico é tido como uma prática para prática, fato que é explicado pela razão em que a teologia da libertação se torna um segmento voltado para a ação. Por conseguinte, a principal circunstância desta realidade é a escolha e comprometimento pela causa dos pobres e explorados (GASDA; COLARES, 2021, p.173). Esta opção pelos mais necessitados está embasada na relação em que é preciso pensar políticas públicas como um plano teórico para que essas propostas se tornem mecanismos transformadores da realidade. A realidade aqui destacada é a vulnerabilidade social de muitos seres humanos que ficam à margem da sociedade sem nenhum direito, mas que este cenário de desigualdade pode ser transformado por políticas sociais que tenham um olhar holístico para com o indivíduo (GASDA; COLARES, 2021, p.173). Portanto, é importante que os governantes se disponham a ter esse olhar mais humano para com as pessoas mais necessitadas. No entanto, o saber teológico deseja fomentar na sociedade e principalmente em cada indivíduo uma dimensão crítica de não aceitar disposições políticas que não sejam justas para as pessoas (GASDA; COLARES, 2021, p.173).

O terceiro e último aspecto é o discurso teológico, que está apoiado intrinsecamente ao saber teológico. A missão do discurso teológico é edificar uma linguagem com base no trabalho feito pelo saber teológico, ou seja, uma comunicação acessível e de fácil entendimento para as pessoas em situação de marginalização e pobreza que residem na América Latina (GASDA; COLARES, 2021, p.173). Com isto, não convém que a linguagem promovida pelo discurso teológico utilize expressões ou jargões rebuscados, mas sim que as palavras proferidas pelos presbíteros ou por leigos que bebem da espiritualidade da Teologia da libertação estejam pautadas em uma evangelização bem mais humana e menos doutrinária (GASDA; COLARES, 2021, p.173). Dessa forma, a incumbência do discurso teológico é dar suporte à teologia da libertação que parte do projeto de realizar uma evangelização do cristianismo que não tem exclusão social e nem imposições quanto a um modo ortodoxo de ser igreja (GASDA; COLARES, 2021, p.173).

3.3 A associação entre a Teologia da Libertação e Paulo Freire

Anteriormente a este ponto, já havíamos levantado algumas constatações acerca da associação existente entre a teologia da libertação e Paulo Freire. A opção pelos pobres é o eixo condutor entre as partes assinaladas. Na estruturação do discurso proposto pela teologia da libertação é apresentado o projeto cujo objetivo é fomentar uma consciência crítica nos mais necessitados (pessoas oprimidas),

para que estes reconheçam sua existência num contexto de desigualdade denominado de cultura de dominação. Esta cultura mostra uma organização social que tem nos seus preceitos a imposição de um grupo sobre outro, principalmente colocando a repressão como meio para suas práticas (GASDA; COLARES, 2021, p.179). Assim, os mais necessitados, com sua consciência crítica, têm por meio da ajuda da teologia da libertação uma ferramenta muito útil que se pauta num engajamento para a construção de uma sociedade mais politizada onde as diferenças passam ser mínimas (GASDA; COLARES, 2021, p.179).

Em paralelo a este contexto de desenvolvimento da teologia da libertação, o pensamento de Paulo Freire irrompe na sociedade uma pedagogia que tem seu nascimento nas periferias, a partir da realidade das pessoas mais necessitadas (GASDA; COLARES, 2021, p.179). Este trabalho elaborado por Freire é denominado *Pedagogia do oprimido*, método fundamentado na disponibilização de uma educação que pense a construção do pensamento coletivo de uma comunidade e que gere esperança nos indivíduos que dela fazem parte, pois estes pensarão que o aprendizado construído em um tempo presente, influenciará de forma positiva a sua identidade num futuro próximo (GASDA; COLARES, 2021, p.185). Dessa forma, a pedagogia do oprimido é um pensamento totalmente de cunho periférico porque nasce às margens dos grandes centros urbanos a partir da intelectualidade de Paulo Freire, mas com o toque prático dos mais necessitados (GASDA; COLARES, 2021, p.185).

Sendo um teólogo de maior referência da teologia da libertação, o peruano Gustavo Gutiérrez constrói sua obra intitulada *Teologia da Libertação* utilizando como base a *pedagogia do oprimido* de Freire. O teólogo peruano expõe nos seus escritos ideais do conceito de libertação para destacar que esta concepção se torna uma utopia no contexto sociorreligioso latino-americano (GASDA; COLARES, 2021, p.185). Quando Gutiérrez discorre sobre a utopia, ele destaca que a libertação na América Latina é uma representação tão distante da realidade, que isto parece até ser um sonho, pelo fato de sua distância, para muitos indivíduos que esperam a transformação do contexto latino-americano num ambiente mais humanista e civilizatório (GASDA; COLARES, 2021, p.185). Com isto, podemos compreender que a população carente da América Latina anseia por um cenário social mais cheio de políticas e com um clima harmonioso. No entanto, isto precisará sair de um viés das ideias para um plano mais concreto da realidade, neste sentido o caminho a ser feito é totalmente ligado a ação e não apenas na teoria (GASDA; COLARES, 2021, p.185).

Em uma última análise, “a convergência entre a Teologia da Libertação e o pensamento de Paulo Freire ressoa em práticas pedagógicas que são nutridas por conceitos compartilhados: libertação, consciência, diálogo e solidariedade” (GASDA; COLARES, 2021, p.181). Diante deste

encadeamento de informações, é pertinente enfatizarmos que para uma melhor compreensão da associação existente entre a teologia da libertação e o pensamento de Paulo Freire é preciso levar em consideração a importância que os conceitos supracitados têm para esta. Neste sentido, a libertação tem o papel de projetar no ser humano um caráter reflexivo e prático, para que ele rompa com a opressão de um sistema social que o limita. Em um outro status, a consciência tem a importância de inculcar no indivíduo um reconhecimento crítico da realidade em que está inserido, assim como de edificar internamente uma nova forma de espiritualidade e ética para a promulgação de outros mundos possíveis. Por fim, o diálogo e a solidariedade são dois pontos cujo caminho se cruzam. O diálogo fundamenta-se no viés de construir pontes de contato com o outro para que a prática de políticas públicas sejam viabilizadas. Enquanto a solidariedade está marcada em consistir ajuda para as pessoas que estão em situação extrema de vulnerabilidade social, sem que ocorra a prática do assistencialismo (GASDA; COLARES, 2021, p.181).

CONCLUSÃO

O aprofundamento da distinção entre a educação bancária e a educação libertadora existentes no pensamento de Paulo Freire é o objeto principal que foi examinado no decorrer deste trabalho monográfico. Ao longo deste percurso, nosso esforço fundamental não foi evidenciar qual dos métodos supracitados é o mais oportuno, mas apontar como eles estão implicados no Ser Humano. Dessa forma, revisitaremos todos os três capítulos que foram minuciosamente apresentados, mostrando uma síntese bem enxuta de cada parte e dando uma apreciação da importância deste trabalho para a sociedade contemporânea.

Na proposta do primeiro capítulo é onde se concentra todo o miolo deste trabalho. Fazemos esta referência, pois é nesta parte cujo conteúdo responde por completo a temática que nos dispusemos a refletir. A distinção que ocorre entre a educação bancária e a educação libertadora no pensamento de Paulo Freire, aponta duas realidades educacionais. Na educação bancária, apenas o educador colhe os pontos positivos do método educacional, enquanto o educando é apenas uma ferramenta para que o educador consiga alcançar seus objetivos (FREIRE, 1975, p. 67). A educação libertadora, por outro lado, mostra-se como uma proposta mais integradora e humanizada, colocando educador e educando num mesmo patamar, em que os dois aprendem e crescem juntos e não há desigualdade no recolhimento dos resultados do trabalho feito por eles (FREIRE, 1975, p. 34).

A educação bancária e a educação libertadora têm no ser humano a aplicação de conceitos que formam sua identidade, suas adversidades e suas conquistas; tudo isso é o pano de fundo do segundo capítulo. Esses conceitos são caracterizados pela: 1) desumanização do indivíduo, 2) o ser humano como um ser de relação e a 3) consciência bancária e a consciência libertadora da educação (FREIRE, 1975, p.30). Em cada um desses casos, podemos destacar o surgimento de estágios em que o ser humano se destaca pelos movimentos que a sua existência vai absorvendo, ou seja, em determinados momentos como autor e receptor de ações que são intrínsecas a ele. Dessa forma, à medida que o ser humano pratica ou recebe movimentos do mundo externo a sua existência, coloca-se numa posição de sujeito ativo e passivo, pois efetua e recebe ações numa mesma proporção (FREIRE, 1975, p.31).

O casamento acadêmico entre os ideais da Teologia da Libertação e o pensamento de Paulo Freire marcam o cenário do terceiro capítulo deste trabalho monográfico. Esse relacionamento se fortifica pelo fato de ambos os polos desenvolverem o conceito de libertação em suas pesquisas. A circunstância de ambas as realidades se amplificarem no contexto latino-americano se torna mais um fator em comum nesta relação. Esse algo compartilhado, fica mais evidente devido às propostas da

teologia da libertação terem influenciado o pensamento de Freire e os ideais de Freire serem posteriormente utilizados pelos teólogos da teologia da libertação (GASDA; COLARES, 2021, p.169). Vale ressaltar que a teologia da libertação nasce num ambiente preocupado com o surgimento de uma nova consciência cristã na América Latina preocupada com a libertação. Como também, sua prática precisava ser repensada, atualizada e colocada em evidência uma proposta de uma linguagem teológica que fosse mais acessível aos mais necessitados (GASDA; COLARES, 2021, p.170). Em um outro lado, Paulo Freire desenvolve no Brasil a sua obra *Pedagogia do Oprimido*, cuja fundamentação se concentra em construir um pensamento pedagógico que nasça, cresça e solidifique nas regiões periféricas. Fazendo com que os mais necessitados compreendam sua realidade possam ter perspectivas de um futuro com mais possibilidades de crescimento social e pessoal (GASDA; COLARES, 2021, p.185).

De forma contundente, concluímos que a distinção entre a educação bancária e a educação libertadora se torna um trabalho bastante atual porque traz elementos que não ficam apenas num viés filosófico, pedagógico e teológico; mas nos ajuda a pensar como a educação está sendo empreendida no cenário contemporâneo em que estamos inseridos. O ser humano é impactado com a educação que recebe, seja ela bancária ou libertadora, e posteriormente as suas práticas serão o resultado deste processo do qual ele fez parte. Dessa forma, pensar na educação e no Ser humano é vislumbrar perspectivas de crescimento para ambas as partes e crer que a sociedade contemporânea pode se tornar um contexto com melhor qualidade de vida. Sendo assim, o verdadeiro crescimento humano só pode se dar através da educação libertadora, quando o indivíduo acredita que pode mudar enquanto pessoa e por meio deste ato também modificar a sociedade que vive.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 29ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1982.
- GASDA, Elio Estanislau; COLARES, Karen de Souza. Pedagogia do Oprimido e Teologia da Libertação: sintonia a serviço dos pobres. In: CHACON, Daniel Ribeiro de Almeida (org.). *Pedagogia da Resistência: escritos a partir da vida e obra de Paulo Freire*. 1ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. p. 169-193.
- AMBROSINI, Tiago Felipe. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. Revista Histedbr On-line. Setembro de 2012. Disponível em <<https://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640058>>. Acesso em: 20 mar. 2022
- BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. Scielo. Jan-Apr de 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pp/a/KBxPw6PWtgJBFWMBXPhy/abstract/?Lang=pt#>>. Acesso em: 22 mar. 2022